

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.113 - MG (2019/0143794-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ACTION AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA
ADVOGADOS : GUILHERME VILELA DE PAULA E OUTRO(S) - MG069306
ROBERTO VENESIA - MG103541
SILAS LEANDRO GOMES DOS SANTOS ALMEIDA - MG183947
AGRAVADO : ROYAL TRADE COMERCIO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : LEONARDO COSTA FERREIRA DE MELO E OUTRO(S) - MG103997
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO - MG103082
RODRIGO VENEROSO DAUR - MG102818
CAMILA BRAS SANTOS LEITE - MG119395

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (e-STJ fls. 435/439).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 380):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. TRANSPORTE DE CARGAS. PRELIMINARES. IDENTIDADE FÍSICA JUIZ. REJEIÇÃO. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DEFESA. INACOLHIMENTO. PRESCRIÇÃO. TRANSPORTE MULTIMODAL. PRAZO DE UM ANO. ACOLHIMENTO. DIREITO DE AÇÃO. SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Não há que se falar em ofensa ao princípio da identidade física quando não restou demonstrada qualquer nulidade a ensejar nova decisão, mormente considerando que a sentença fora proferida por Juiz Cooperador nomeado para atuar no juízo. A oitiva de testemunhas, contraditadas, a título de informante, seria desnecessária em razão da farta prova dos autos. Assim, inexistente cerceamento de defesa. As ações judiciais oriundas do não cumprimento das responsabilidades decorrentes do transporte multimodal deverão ser intentadas no prazo máximo de um ano. Se o titular do direito de ação fica inerte no período em que poderia intentar a demanda, deve ter seu pedido julgado com resolução de mérito, em razão da prescrição.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 408/413).

No especial (e-STJ fls. 416/421), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a agravante apontou ofensa aos arts. 2º, 5º, 6º e 22 da Lei n. 9.611/1998 e 206, § 5º, I, do CC/2002. Defende que inaplicável o prazo anual, visto que não atua com transporte multimodal, mas com agenciamento de cargas e desembaraço aduaneiro.

No agravo (e-STJ fls. 441/445), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta às fls. 448/450 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Da análise dos autos, verifica-se a pretensão do revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos.

Sobre o tema, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 386/388):

Nessa toada, registro que a atividade exercida pela parte autora, diferentemente do entendido pelo juízo *a quo*, fora de cunho multimodal, já que a responsabilidade para a entrega da mercadoria não se restringiu à via marítima, mas, também terrestre até entrega da mercadoria ao cliente, fato este incontroverso nos autos.

A exemplo registro a correspondência eletrônica enviada pelas partes litigantes em 12/03/2009 - f. 20:

"Prezado Rodrigo,

Recebemos a informação do representante Action da Europa, que o cntr do embarque em epígrafe, apresenta problemas de peso em sua distribuição no cntr. Dos Pallets e Bags, impedindo então o transporte rodoviário até a fábrica do cliente na Áustria."

No outro dia, a ré responde ao autor, nos seguintes termos: "Bruno, como não temos outra opção, favor proceder com a redistribuição, seguindo as seguintes instruções/condições (...)" f.26.

Ademais, em um dos e-mails encaminhados Bruno, da empresa autora, agenciadora Action, responde ao Rodrigo da empresa ré, contratante dos serviços do autor, que em face do ocorrido poderia ser pedido "uma carreta especial para transporte pesado" (f.27) Nessa senda, é sabido que em contratos de transportes de cargas firmados por traslado multimodal, utilizando-se de dois ou mais tipos de transportes sob responsabilidade de um operador nos termos da Lei 9.611/98:

(...)

Sendo este o caso da parte autora, já que agenciadora de cargas, área, terrestre, marítima, rodoviária, dentre outras, consoante consta do seu objeto social - cláusula terceira - item 3.1. f. 08.

O acórdão recorrido, com base nos elementos de provas, incluindo a análise do contrato social da empresa, concluiu que a atividade exercida por esta seria de cunho multimodal. Dissentir dessa conclusão é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator